

PROTOCOLO | CONVENIO



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

(PORTUGAL)



Consejo Profesional
de Ingeniería Química de Colombia

(PORTUGAL)

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, located in the bottom left corner of the page.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, located in the bottom right corner of the page.

REUNIDOS:

○ Engenheiro Fernando de Almeida Santos, Bastonário da **ORDEM DOS ENGENHEIROS (Portugal)**, em nome e em representação da mesma;

e

○ Engenheiro **DAVID DE JESÚS MARTÍNEZ CONSUEGRA**, Presidente do **CONSEJO PROFESIONAL DE INGENIERÍA QUÍMICA (Colombia)**, em nome e em representação da mesma;

DECLARAM:

1. Que a **ORDEM DOS ENGENHEIROS** (adiante designada por **OEP**) é a Associação Pública de Engenheiros que, em Portugal, tem competências para reconhecer aos cidadãos de outros países, que reúnam as condições de acesso e para o exercício da atividade profissional de engenharia, regulada no seu país de origem, o direito de atribuir o título profissional de engenheiro, regulamentando também o exercício da referida profissão.
2. Que o **CONSEJO PROFESIONAL DE INGENIERÍA QUÍMICA**, (adiante designado de **CPIQ**) o organismo responsável pela supervisão do exercício profissional correto da engenharia química.
3. Que, após terem analisado, ambas as partes, conjunta e reciprocamente, os procedimentos a desenvolver por cada uma, de acordo com o disposto na respetiva legislação nacional que os rege, reconhecem que os requisitos por cada

REUNIDOS:

El Ingeniero **DAVID DE JESÚS MARTÍNEZ CONSUEGRA** Representante legal del **CONSEJO PROFESIONAL DE INGENIERÍA QUÍMICA (Colombia)**, en nombre y representación de ésta.

Y

El Ingeniero Fernando de Almeida Santos, Bastonário de la **ORDEM DOS ENGENHEIROS (Portugal)**, en nombre y representación de ésta.

EXPONEN:

1. Que la **ORDEM DOS ENGENHEIROS** (en adelante **OEP**) es la Asociación Pública de Portugal competente para reconocer a los ciudadanos de otros países, que reúnan las condiciones de acceso y de ejercicio de una actividad profesional de ingeniería regulada en su territorio, el derecho a ostentar en Portugal el título profesional de ingeniero, regulando, además, el ejercicio de dicha profesión.
2. Que el **CONSEJO PROFESIONAL DE INGENIERÍA QUÍMICA**, (en adelante **CPIQ**) la entidad encargada de velar por el correcto ejercicio profesional de la Ingeniería Química.
3. Que, una vez analizados conjunta y reciprocamente por ambas partes los procedimientos a realizar por cada una de ellas, de conformidad con lo dispuesto en las

Handwritten signature and initials

Handwritten signature and initials

parte para outorgar a condição de membro das suas respectivas entidades são substancialmente equivalentes.

Em consequência, as partes subscrevem o presente Protocolo, com o objetivo de facilitar, no âmbito das suas competências, o exercício profissional de engenharia Química tanto em Portugal como na Colômbia.

1. A **OEP** assume o compromisso formal de admitir como membros e reconhecer o título de Engenheiro aos profissionais registrados como tal no **CPIQ** na Colômbia, a fim de possibilitar o exercício em Portugal das atividades profissionais próprias e comuns. Para tal será válida a experiência profissional credenciada pelos candidatos, a partir da data de emissão do respetivo registro profissional **CPIQ**.
2. As Partes acordam expressamente que os Engenheiros admitidos na Associação congénere, e ao abrigo do presente Protocolo, adquirem pelos direitos e deveres decorrentes do exercício da atividade profissional, à exceção de outros que não se apliquem, designadamente os direitos de votar e ser eleito para cargos e órgãos na Associação de destino, mantendo-os apenas na respetiva Associação de origem.
3. Os profissionais engenheiros de que trata o presente Protocolo têm os mesmos direitos e deveres decorrentes do exercício da atividade profissional estabelecidos nos regulamentos do **CPIQ** para o exercício profissional na

respectivas legislaciones nacionales que las regulan, reconocen que los requisitos exigidos por cada una de ellas para conceder la adhesión a sus respectivas entidades son sustancialmente equivalentes.

En consecuencia, las partes suscriben el presente Convenio, con el objeto de facilitar, en el marco de sus competencias, el ejercicio profesional de la ingeniería Química tanto en Portugal como en Colombia.

1. La **OEP** adquiere el compromiso formal de admitir como miembros y reconocer el título de Ingeniero a los profesionales registrados como tales ante el **CPIQ** en Colombia, a efectos de posibilitar el ejercicio en Portugal de las actividades profesionales que les son propias y comunes. Para lo cual, será válida la experiencia profesional acreditada por los solicitantes, a partir de la fecha de expedición de la respectiva matrícula profesional del **CPIQ**.
2. Las Partes acuerdan expresamente que los Ingenieros admitidos en la otra Asociación, y en los términos de este Protocolo, adquieren los derechos y deberes derivados del ejercicio de su actividad profesional, con excepción de otros que no proceden, a saber, los derechos de voto y ser elegidos para los cargos y órganos de la Asociación de destino, manteniéndolos únicamente en la respectiva Asociación de origen.
3. Los ingenieros profesionales a que se refiere este Protocolo tienen los mismos derechos y deberes derivados del ejercicio de la actividad profesional establecidos en las normas del

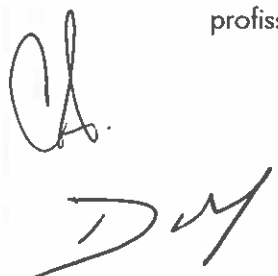


Colômbia e da OEP para o exercício profissional em Portugal.

4. Ressalvados os casos devidamente justificados pelos respetivos Estatutos, os Engenheiros que venham a ser reconhecidos reciprocamente pelo CPIQ e pela OEP ao abrigo do presente Protocolo têm o dever de pagar as quotas junto de ambas as Associações.
5. A OEP registará o solicitante na Especialidade de Engenharia Química e Biológica, como Membro Efetivo. O registo a nível regional não implicará qualquer limitação ao novo Membro poder exercer livremente a sua atividade em todo o âmbito territorial de Portugal.
6. O Engenheiro inscrito no CPIQ que pretenda ser reconhecido como tal em Portugal, deve fazer o seu pedido através do CPIQ, preenchendo o formulário para o efeito; cujo processo será transferido para o OEP, uma vez dada a confirmação favorável correspondente.
7. A OEP pode exigir que o profissional de engenharia inscrito no CPIQ que pretenda ser reconhecido como Associado da OEP, exerça práticas profissionais, frequente cursos de formação em ética profissional e deontologia, bem como em legislação normativa, conforme o considerar pertinente, nos seus estatutos.
8. O CPIQ adquire o compromisso formal de admitir os engenheiros portugueses integrantes da OEP, sujeitos à sua competência, que pretendam vincular-se sob qualquer modalidade contratual para o exercício da profissão na Colômbia – inicialmente pelo

CPIQ para el ejercicio profesional en Colombia y la OEP para el ejercicio profesional en Portugal.

4. Salvo los casos debidamente justificados por los Estatutos respectivos, los Ingenieros que lleguen a ser reconocidos recíprocamente por el CPIQ y por la OEP en virtud del presente Protocolo, tienen el deber de sufragar los costos, según proceda, a ambos Colegios.
5. La OEP inscribirá al solicitante en el Especialidad de Ingeniería Química e Biológica como miembro efectivo. La inscripción a nivel regional no significará ninguna limitación a que el nuevo miembro pueda ejercer su actividad libremente en todo el ámbito territorial de Portugal.
6. El Ingeniero registrado en el CPIQ que pretenda ser reconocido como tal en Portugal, debe hacer su petición a través del CPIQ, diligenciando el formulario que se disponga para ello; cuyo proceso se trasladará a la OEP, una vez dada la correspondiente confirmación favorable.
7. La OEP podrá requerir al profesional de la ingeniería registrado ante el CPIQ que pretenda ser reconocido como miembro de la OEP, a realizar asistencia a cursos de formación en ética y deontología profesional, así como en legislación normativa, según estime pertinente, en virtud de sus estatutos.
8. El CPIQ adquire el compromiso formal de admitir a ingenieros portugueses afiliados a la OEP, sujetos a su competencia, que deseen obligarse bajo cualquier modalidad contractual a ejercer su profesión en Colombia –




prazo do vínculo empregatício até um ano, renovável.

9. O **CPIQ** concederá o registo profissional aos engenheiros portugueses membros da **OEP**, objeto da sua competência, que pretendam exercer por tempo indeterminado as atividades profissionais próprias e comuns na Colúmbia, uma vez efetuada a respetiva validação dos seus títulos académicos título perante o Ministério da Educação Nacional, no caso de profissionais que já possuam autorização temporária, o **CPIQ** prestará especial apoio e acompanhamento no respetivo processo.
10. O Engenheiro membro da **OEP** que exerça profissão da competência do **CPIQ** e que pretenda exercê-la na Colúmbia, poderá obter um parecer favorável e prévio da **OEP** em Portugal, de modo a anexá-la juntamente com a documentação necessária ao processo de obter o respetivo registo profissional ou autorização temporária na Colúmbia.
11. Ambas as partes assumem o compromisso formal de se manterem informadas sobre o processo de acreditação dos títulos profissionais de engenheiros tanto em Portugal (reconhecimento) como na Colúmbia (Convalidação), de forma a clarificar os respetivos procedimentos a esgotar e, desta forma, promover o alcance do objeto deste contrato; ou seja, a facilitação do exercício profissional da engenharia em ambos os territórios.
12. Da mesma forma, adquirem o compromisso formal de informar-se de forma detalhada e oportuna sobre qualquer mudança significativa

inicialmente por el plazo de la relación laboral hasta por un año renovable.

9. El **CPIQ**, otorgará matrícula profesional a los ingenieros portugueses miembros de la **OEP**, objeto de su competencia, que pretendan ejercer indefinidamente las actividades profesionales que les son propias y comunes en Colombia, una vez hayan efectuado la respectiva convalidación de su título académico ante el Ministerio de Educación Nacional, para lo cual, en el caso de los profesionales que ya cuenten con permiso temporal, el **CPIQ** prestará especial apoyo y acompañamiento en el trámite respectivo.
10. El Ingeniero miembro de la **OEP** que ostente una profesión bajo la competencia del **CPIQ** y que pretenda ejercerla en Colombia, podrá obtener concepto favorable y previo de la **OEP** en Portugal, a efectos de anexarlo junto con la documentación requerida para el trámite de la obtención de la correspondiente matrícula profesional o permiso temporal en Colombia.
11. Ambas partes adquieren el compromiso formal de mantenerse informadas sobre los cambios que pudieran presentarse en el trámite de acreditación de los títulos profesionales de los ingenieros tanto en Portugal (reconocimiento) como en Colombia (Convalidación), a fin de clarificar los respectivos procedimientos a agotar y propiciar, de esta manera, el alcance del objeto del presente convenio; es decir, la facilitación del ejercicio profesional de la ingeniería en ambos territorios.



no âmbito regulatório de seu território nacional que possa afetar este Acordo.

13. Ambas as partes comprometem-se a verificar no processamento das candidaturas que recebem, que o âmbito da formação académica e experiência profissional desenvolvida pelo requerente ou Membro requerente no País de origem cumpre os requisitos para o efeito. Para tal, ambas as Instituições oferecer-se-ão reciprocamente a ajuda necessária para atingir este objetivo.
14. Ambas as partes assumem os compromissos mútuos acordados, apenas no que respeita aos engenheiros da sua responsabilidade, com grau universitário reconhecido pelo seu país de origem com formação mínima de 5 (cinco) anos, no caso de Portugal, e no caso da Colômbia, em níveis de educação equivalentes ao ensino superior, conforme determinado pelo Ministério da Educação Nacional.
15. A participação de Engenheiros Nacionais da Colômbia e de Portugal deve respeitar a Lei vigente sobre a autorização para o exercício profissional em cada País.

As Instituições assumem o compromisso formal de assegurar que qualquer um dos seus respetivos membros cumpra as Normas de Conduta Ética Profissional de ambas as entidades e que a atividade profissional exercida no país de acolhimento corresponda à atividade profissional por eles exercida no país de origem, como garantia da confiança do público.

12. Igualmente, adquiren el compromiso formal de informarse mutuamente en forma detallada y oportuna sobre cualquier cambio significativo en el ámbito normativo de su territorio nacional que pudiera afectar al presente Convenio.
13. Ambas partes se comprometen a verificar en el trámite de las solicitudes que reciban, que el alcance de la formación académica y de la experiencia profesional desarrollada por el inscrito o miembro solicitante en el País de origen cumple los requisitos exigidos para el efecto. Para ello, ambas Instituciones, se ofrecerán recíprocamente la ayuda necesaria para alcanzar este propósito.
14. Ambas partes asumen los compromisos mutuos pactados, únicamente frente a los ingenieros de su incumbencia, con carrera universitaria reconocida por su país de origen bajo una formación mínima de cinco (5) años, para el caso de Portugal, y para el caso de Colombia, en los niveles de educación equivalente a educación superior conforme lo determine el Ministerio de Educación Nacional.
15. La participación de Ingenieros Nacionales de Colombia y Portugal debe cumplir con la Ley vigente en lo que respecta a la autorización para ejercer la práctica profesional en cada País.

Las Instituciones adquieren el compromiso formal de asegurar que cualquiera de sus respectivos integrantes deberá atenerse a las Normas de Conducta Profesional Deontológicas de ambas entidades y que la actividad profesional desarrollada en el País de acogida corresponde a la actividad profesional desarrollada por ellos en el País de origen, como garantía de confianza pública.

16. As partes desenvolverão e promoverão seminários, palestras, fóruns, simpósios, reuniões e outras ações de comum interesse a mútua cooperação e contribuam para o bom exercício profissional, a atualização de conhecimentos técnicos, o compartilhar de experiências sobre o desenvolvimento organizacional e funcionamento associativo dentro dos respetivos quadros legislativos.
17. A OEP e o CPIQ se comprometem a cruzar informações técnicas, científicas e profissionais que demonstrem experiências acumuladas ou inovação em cada um de seus países. Um link para o portal OEP aparecerá no portal CPIQ e um link para o portal CPIQ será criado no portal OEP.
18. A prática de atos contrários ao que precede permitirá a qualquer uma das duas Instituições aplicar os seus regulamentos em matéria deontológica, notificando devidamente a outra Instituição para que adote, conforme o caso, qualquer outra medida sancionatória que considere adequada sob a lei nacional.
19. Ao abrigo do presente Protocolo, a suspensão voluntária na Associação de origem (OEP ou CPIQ) obriga à suspensão automática na outra Associação Profissional de destino.
20. A OEP e o CPIQ poderão realizar uma Cimeira bilateral a cada ano, alternando entre os países em que se realiza, a fim de analisar o andamento deste acordo; eventos conjuntos internacionais que beneficiem os interesses da prática profissional de ambos os países e outros aspetos considerados necessários no âmbito
16. Las partes desarrollarán y promoverán seminarios, conversatorios, foros, simposios, encuentros y otras acciones de común interés y mutua colaboración para contribuir al adecuado ejercicio profesional, la actualización de conocimientos técnicos, y el compartir experiencias sobre desarrollo organizacional y funcionamiento asociativo dentro de los respectivos marcos legislativos.
17. La OEP y el CPIQ se comprometen a cruzar información técnica, científica y profesional que demuestren experiencias acumuladas o innovación en cada uno de sus países. En el portal del CPIQ reposará un "link" al portal de la OEP y en el portal de la OEP se creará un "link" al portal del CPIQ.
18. La ejecución de actos contrarios a lo que antecede permitirá a cualquiera de las dos Instituciones aplicar su normatividad en materia deontológica, notificándolo en debida forma a la otra Institución para que adopte, en su caso, cualquier otra medida sancionatoria que a su vez estime oportuna y sea procedente conforme a la legislación nacional.
19. En los términos de este Protocolo, la suspensión voluntaria en el Colegio de origen (OEP o CPIQ) requiere la suspensión automática en el otro Colegio Profesional de destino.
20. La OEP y el CPIQ podrán realizar una cumbre bilateral cada año, alternándose entre sí el país de su realización, con la finalidad de analizar los avances del presente convenio; eventos conjuntos de orden internacional que beneficien en intereses al ejercicio profesional de ambos países y demás aspectos que se consideren necesarios en el marco de las

Ch
Dy

Handwritten signature

das relações profissionais decorrentes deste acordo.

21. Este Protocolo terá um representante formal para cada parte com a responsabilidade de avaliar e reportar periodicamente a execução do Contrato; para o qual, tanto Presidente do **CPIQ** como o Bastonário da **OEP**, procederão e comunicarão a respetiva designação.
22. O Protocolo será válido por 5 (cinco) anos, automaticamente renovável ou prorrogável por igual período, salvo se, com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data de sua rescisão, uma das partes denunciar o contrário por escrito. Da mesma forma, o Protocolo poderá ser modificado, mediante comunicação prévia por escrito e fundamentada de qualquer das partes signatárias, com antecedência mínima de 3 (três) meses.
23. Este Acordo e suas alterações entrarão em vigor no dia seguinte à notificação ao **CPIQ** da ratificação pelo Conselho Diretivo da **OEP**, com prévia assinatura do Presidente do **CPIQ**.

E, como prova de aceitação e conformidade, assinam ambas as partes o presente Protocolo em duplicado, no local e data abaixo assinalados.

relaciones profesionales que surjan de este acuerdo.

21. El presente Convenio tendrá un representante formal por cada parte con la responsabilidad de evaluar y reportar la ejecución del Convenio periódicamente; para lo cual, tanto el Presidente del **CPIQ** como el Bastonario de la **OEP**, realizaran y comunicaran la respectiva designación.
22. El Convenio tendrá una vigencia de cinco (5) años, renovables o prorrogables automáticamente por el mismo término, salvo que al menos con seis (6) meses previos a su fecha de terminación, alguna de las partes denuncie lo contrario por escrito. Así mismo, el Convenio puede ser modificado y terminado, previa comunicación escrita y fundamentada de cualquiera de las partes firmantes, con al menos tres (3) meses de antelación.
23. El presente Convenio y sus modificaciones entrarán en vigor a partir del día siguiente en que se notifique al **CPIQ** de su ratificación por el Consejo Directivo de la **OEP**, previa firma del Presidente del **CPIQ**.

Y en prueba de aceptación y conformidad firman ambas partes el presente Convenio en duplicado ejemplar, en el lugar y fecha señalados al final del documento.



Bogotá D.C., abril 26 de 2024

Pela Ordem dos Engenheiros de Portugal

Presidente del Colegio de Ingeniería Química de
Portugal



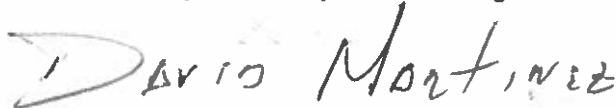
FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS
Bastónario



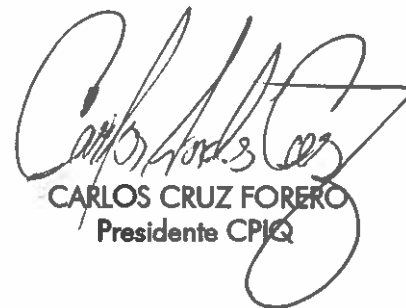
ANTONIO GONCALVES DA SILVA
Presidente

Por el Consejo Profesional de Ingeniería Química

DAVID MARTÍNEZ CONSUEGRA
Secretario Ejecutivo- Representante Legal



David Martínez



CARLOS CRUZ FORERO
Presidente CPIQ



DM